

5 MAI 1991

De cavalo a burro

LUÍS PAULO ROSENBERG
e MICHAL GARTENKRAUT

Imagine um plano de combate à inflação composto pelas seguintes medidas:

a) suposição pelo ministro sem elementos concretos de prova, de que o déficit público está zerado, apesar de ser um ano eleitoral, quando os gastos popularescos são inevitáveis em repúblicas imaturas;

b) eliminação de toda indexação na economia, independentemente do que rezem os contratos particulares previamente estabelecidos;

c) congelamento de câmbio, num nível insuficiente para a geração de um saldo comercial confortável;

d) fixação de taxa real de juros evidentemente negativa;

e) discurso desenvolvimentista, referendado pela redução de impostos e encômios à elevação do salário real e da produção corrente.

Ora, direis, trata-se do mal-sinado Plano Cruzado, de tão triste memória e deploráveis resultados. Errado. Estas são as medidas que constituem o Plano Cavallo, o badalado programa de dolarização da economia argentina, rapidamente transformando-se na teteia dos economistas brasileiros que ainda buscam a pedra filosofal do combate indolor à inflação.

Na verdade, não cabem ironias quando se analisa o esforço do sofrido povo argentino em sobrepor-se à inflação. O quadro político e econômico naquele país é incomparavelmente mais dramático do que no Brasil. Basta lembrar que os ministros no cargo, quando da denúncia de corrupção feita pelo governo americano na virada do ano, foram trocados a toque de caixa, independentemente do esforço que tais mudanças provocavam na sustentação política do governo.

No plano econômico, a dolarização — peça de resistência do Plano Cavallo — tem muito menos alcance do que se apregoa. De fato, o Banco Central é comprador e vendedor de qualquer quantidade de dólares, no entorno da taxa cambial de 10 mil austrais por dólar. Ademais, esta paridade só pode ser alterada pelo Congresso Nacional.

Isto significa que o governo abriu mão do poder de emitir moeda, que a criação de austrais só pode ocorrer quando o Banco Central compra dólares. Mas há algo mais grave implícito na medida: numa economia que já era tão dolarizada, em que o montante de dólares em circulação é quase

cinco vezes maior do que o de austrais, o governo não tem mais o poder de desvalorizar o câmbio: são tão poucos os preços vigentes em austrais que, para conseguir um ganho real de 10%, digamos, na paridade, seria necessária uma desvalorização de quase 100%, explodindo a inflação.

Pobre do país que não comanda mais sua moeda e perdeu o poder de ajustar sua paridade! Pode-se então entender o Plano Cavallo: ele não é a solução para a luta contra a inflação. É simplesmente o único plano que poderia adotar um governo despedaçado, numa economia com agentes totalmente céticos quanto à competência e credibilidade de seus governantes.

As demais inconsistências do Plano são frutos da pressão política imposta pelas eleições legislativas e provinciais de outubro próximo. A taxa de juros anual é de 8%, menor do que a da Suíça (lembra alguma coisa?), para “promover o desenvolvimento”.

A redução de impostos sobre automóveis e eletrodomésticos alegra o consumidor, aparenta tornar viável a “negociação” de preços, mas dificulta a geração de saldo fiscal, complicando a guerra contra os preços. Apesar de não aparecer nos textos legais, há uma inegável pressão do governo para o congelamento de preços, por meio dos conhecidos métodos de devassa fiscal e intimidação dos empresários.

Choramos por ti, Argentina, pois com tantas afrontas à boa teoria econômica o Plano Cavallo só pode terminar com a volta do cenário hiperinflacionário e a instabilidade das instituições políticas. Nada mais do que quatro a seis meses para o passado virar presente, com a aceleração dos preços e a crise cambial sucedendo o reaquecimento indevido.

O incrível é que exista no Brasil quem se disponha a trocar a atual política econômica de juros reais positivos, câmbio adequado, busca de austeridade fiscal e recessão inevitável, por uma ilusão mamibembe de dolarização da economia, que substituiria aqui a falta de credibilidade do governo. No caso brasileiro, adotar plano semelhante ao argentino seria realmente passar de cavalo a burro...

□ Luis Paulo Rosenberg e Michal Gartenkraut, economistas e professores do ITA, foram assessores do presidente José Sarney e estiveram recentemente na Argentina analisando a política econômica local.